

REQUERIMENTO

Assunto: *Solicitando Voto de Repúdio ao projeto de regulamentação da segurança privada que prevê multa a policiais que atuem no setor.*

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, Voto de Repúdio à proposta do Governo Federal, atualmente em análise, que visa à publicação de um decreto regulamentando o Estatuto da Segurança Privada e que prevê multas de até R\$ 30 mil para policiais, guardas municipais e outros profissionais que atuem na segurança privada sem autorização da Polícia Federal.

Este projeto, conforme minuta encaminhada ao Ministério da Justiça, atinge diretamente profissionais da segurança pública que buscam, de maneira honesta, complementar sua renda por meio da atuação na área da segurança privada, diante dos salários insuficientes que muitas vezes recebem em suas funções públicas.

Vale lembrar que esses profissionais dedicam sua vida ao estudo, ao treinamento e à atuação na defesa da sociedade. Nada mais justo que possam utilizar essa expertise, de forma regulamentada, também no setor privado. Inclusive, grande parte dos instrutores das escolas de formação de vigilantes são, historicamente, policiais ou ex-policiais, o que evidencia a capacidade técnica desses profissionais no exercício da segurança.



Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

SECRETARIA LEGISLATIVA

WWW.GARÇA.SP.LEG.BR (14)3471-0950 - 3471-1308 - 3471-0033 - 3471-3479

RUA. BARÃO DO RIO BRANCO, 131 - CENTRO - GARÇA-SP CEP 17400-082

camara@cmgarca.sp.gov.br CNPJ 49.887.532/0001-81



Impedir ou punir esses trabalhadores por prestar esse tipo de serviço é, na prática, ignorar as reais condições de trabalho da segurança pública brasileira. É desvalorizar o servidor que está na linha de frente todos os dias e que apenas busca garantir o sustento digno de sua família.

Diante disso, manifesto meu repúdio a esta proposta, que em vez de construir soluções para a segurança pública e reconhecer o trabalho desses profissionais, avança no sentido contrário, criminalizando o esforço e comprometimento de quem, mesmo com dificuldades, não mede esforços para proteger a sociedade.

Solicito, por fim, que cópia do presente Voto de Repúdio seja enviada ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Federal e à Presidência da República, para que tenham ciência da insatisfação manifestada por este Parlamento.

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

SARGENTO NERI

Vereador – PL



Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

SECRETARIA LEGISLATIVA

WWW.GARÇA.SP.LEG.BR (14)3471-0950 - 3471-1308 - 3471-0033 - 3471-3479

RUA. BARÃO DO RIO BRANCO, 131 - CENTRO - GARÇA-SP CEP 17400-082

camara@cmgarca.sp.gov.br CNPJ 49.887.532/0001-81

